



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Valdemarin, Vera Teresa

A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870 – 1932)

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013,

pp. 185-206

Sociedade Brasileira de História da Educação

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161040009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870 – 1932)

Vera Teresa Valdemarin*

Resumo:

O artigo analisa aspectos das relações entre a escolarização e os processos culturais mais amplos, tomando como fonte documental manuais didáticos produzidos para uso em cursos de formação de professores, que circularam no Brasil e em Portugal no período final do século XIX e no início do século XX. Foram focalizados elementos passíveis de generalização, entre eles a unidade da forma escolar e as diferentes práticas prescritas aos professores, destinadas a enraizar valores e ideais no processo formativo. Foram analisados os seguintes manuais: *Curso Práctico de Pedagogia*, de autoria de Mr. Daligault (1874); *Elementos de Pedagogia*, de autoria de Jose Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire (1870); e *Lições de pedagogia geral e de história da educação*, de Alberto Pimentel Filho (1932).

Palavras-chave:

Forma escolar; práticas pedagógicas; manuais didáticos, cultura escolar, cultura pedagógica.

* Professora livre-docente do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus Araraquara. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências, campus de Rio Claro (UNESP). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura e Instituições Educacionais (GEPCIE)

The social role of school and the constitution of school structure (Brazil/Portugal, 1870 – 1932)

Vera Teresa Valdemarin

Abstract:

This article examines some aspects of the relationship between schooling and broader cultural processes using, as documental source, textbooks produced for teacher training courses which circulated in Brazil and Portugal in the late nineteenth and early twentieth centuries. The research focused on elements capable of generalization, including the unity of school structure and the different practices prescribed for teachers, which were designed to root values and ideals in the training process. We analyzed the following manuals: *Curso Práctico de Pedagogia*, by Mr. Daligault (1874); *Elementos de pedagogia*, by Jose Maria da Graça Affreixo and Henrique Freire (1870); and *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação*, by Alberto Pimentel Filho (1932).

Keywords:

School structure; pedagogical practices; textbooks; school culture; pedagogical culture.

La función social de la escuela y la constitución de la forma escolar (Brasil Portugal 1870/1932)

Vera Teresa Valdemarin

Resumen:

El artículo analiza aspectos de las relaciones entre la escolarización y los procesos culturales más amplios tomando como fuente documental, manuales didácticos- producidos para ser usados en cursos de formación de profesores- que circularon en Brasil y en Portugal en el periodo final del siglo XX. Se enfocaron elementos susceptibles de generalización entre ellos la unidad de la forma escolar y las diferentes prácticas prescritas a los profesores, destinadas a enraizar valores e ideales en el proceso formativo. Se analizaron los siguientes manuales: *Curso Práctico de Pedagogía*, de autoría de Mr. Daligault (1874); *Elementos de Pedagogía*, de José María da Graça Affreixo y Henrique Freire (1870); y *Lecciones de pedagogía general y de historia da educación*, de Alberto Pimentel Filho (1932).

Palabras-clave:

Forma escolar; prácticas pedagógicas; manuales didácticos, cultura escolar, cultura pedagógica.

A importância da instituição escolar na constituição das sociedades modernas é premissa dificilmente questionada, presente tanto nas justificativas para sua criação quanto nos estudos, produzidos em diferentes campos do conhecimento, que buscaram compreender o desenvolvimento social, político e econômico desde o século XVII. A relação da escolarização com outros processos culturais também é dado incontornável, principalmente no que se refere à difusão do conhecimento. Estudos mais recentes, no entanto, têm se avolumado, pelo reconhecimento de que, embora incontroversa, a relação da escola com a cultura é extremamente complexa (REVEL, 2009; NUNES; CARVALHO, 1993), e, quando se trata de compreender sua forma organizativa peculiar, os atores, os processos envolvidos e os dispositivos mobilizados, essa relação demanda refinamentos metodológicos e aprofundamentos conceituais.

Por um lado, a noção tradicional de cultura, com suas indefinições, e justamente por meio delas, autoriza as generalizações entre sociedades, períodos e instituições, dada a presença de características semelhantes; por outro lado, a incorporação das práticas culturais – entre elas, as educacionais – como objeto de análise anuncia uma intrincada rede de relações composta por apropriações, recusas, interpretações singulares e compartilhadas que modulam as generalizações e permitem localizar diferenciações e continuidades num mesmo processo.

Para analisar alguns aspectos da relação entre a escolarização e os processos culturais mais amplos, com o objetivo de evidenciar os valores sociais predominantemente atribuídos à instituição escolar e o modo escolar de conferir-lhes significado, tomamos como fonte documental manuais didáticos produzidos para uso em cursos de formação de professores (cuja leitura é recomendada também para professores já em exercício). Esses manuais circularam no Brasil e em Portugal, no período final do século XIX e no início do século XX¹. Trata-se, portanto, de analisar a articulação entre práticas escolares e objetivos culturais que caracterizam, em geral, as sociedades modernas. Essa tipologia documental mostra-se

1 Além dos procedimentos gerais de pesquisa descritos na Apresentação, a revisão bibliográfica apontou estudos que corroboraram a circulação das obras selecionadas no Brasil e em Portugal, devendo ser mencionados: Carvalho (2007); Silva e Correia (2004); e Trevisan (2011).

pertinente aos objetivos pretendidos, pois abrange diferentes âmbitos do campo educacional: os princípios que justificam o empreendimento escolar, a organização institucional que atribui funções aos atores que dela participam e um conjunto de regras, normas e procedimentos destinados a transformar os valores em comportamento por meio da ação pedagógica².

Foram analisados os seguintes manuais: *Curso Practico de Pedagogia*, de autoria de Mr. Daligault, publicado no Brasil em 1874 (e, originalmente, na França em 1851); *Elementos de Pedagogia*, de autoria de Jose Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire, publicado em Portugal em 1870; e *Lições de pedagogia geral e de história da educação*, de Alberto Pimentel Filho, publicado em 1932, também em Portugal. A difusão desses textos e das ideias neles contidas deu-se por meio de traduções, publicações, importação, citação e leitura – também práticas culturais – que atestam sua circulação em diferentes espaços geográficos.

A seleção desses manuais no conjunto das obras localizadas na presente pesquisa ilustra a questão em análise – a forma escolar –, pois, separados temporalmente e obedecendo a diferentes configurações do campo pedagógico, reiteram princípios, valores e funções para a escolarização.

Na análise desses manuais foram focalizados elementos passíveis de generalização, tais como a unidade da forma escolar, princípio de engendramento que atribui sentido aos diferentes elementos envolvidos na constituição desse modo específico de socialização, que comporta, entre outros aspectos, a regulação do tempo e dos comportamentos e a “escrituralização” das práticas (conforme definição apresentada por Vincent, Lahire e Thin, 2001 e Vincent, 1980), bem como as alterações produzidas em contextos e temporalidades diversas.

Trata-se ainda de depreender dos textos dos manuais as continuidades práticas prescritas para que os valores e ideais se tornem experiência na vida dos indivíduos e se enraízem no processo formativo; e, para tanto, adotamos as proposições de Williams (1979, 1958), que entende a cultura como conjunção dos aspectos mais gerais e dos significados que lhes são

2 Conceituação, justificativa e indicações de possibilidades analíticas tendo manuais didáticos como fontes documentais podem ser encontradas em trabalhos pioneiros, entre eles: Bittencourt (2004); Choppin, (2000;2004 ; 2008); Harper(1980); e Morgado (2004). E, mais recentemente, em Magalhães (2011).

atribuídos no processo de individuação, que é explicado nos seguintes termos:

A cultura tem dois aspectos: os significados e as orientações estabelecidas, nas quais seus membros são educados; as novas observações e significados, que são oferecidas e testadas. Estes são os processos ordinários tanto das sociedades quanto das mentes humanas, e vemos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tradicional e criativa; que é portadora dos significados mais ordinários e comuns, bem como dos melhores significados individuais. Nós usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para significar todo um modo de vida - o sentido usual; e para significar as artes e a aprendizagem - os processos especiais de descoberta e o esforço criativo. Alguns autores reservam a palavra para um ou outro desses sentidos; insisto em ambos e no significado de sua conjunção. (WILLIAMS, 1958, p. 93).

A partir dessa chave interpretativa, os manuais didáticos foram analisados como discursos produzidos para generalizar concepções, já que se ancoravam na experiência profissional dos autores, considerada modelar, e nas tiragens destinadas a um público leitor específico e em constante ampliação pela disseminação escolar. No entanto, tais discursos apresentavam-se para apropriação dos leitores/professores, isto é, para interpretações individualizadas e recriações que, ao longo do tempo, foram incorporadas ou desapareceram de novas edições ou de novos manuais postos em circulação.

Manuais didáticos, autores e função social da escola

Tomando as especificações propostas por Choppin (2004, p. 553), as fontes aqui analisadas exercem, no contexto de sua produção, função referencial, uma vez que explicitam vinculações com cursos e programas de ensino, apresentando “conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir”; exercem também o que o mesmo autor designou como função ideológica e cultural, disseminando valores que contribuíram para a construção da identidade de uma profissão e de uma instituição, como pretendemos demonstrar no presente estudo.

Na extensa tipologia constituída pelo livro escolar, optamos por designar as fontes selecionadas como manuais didáticos, tendo em vista o público e o uso a que se destinam. Os leitores visados são professores em formação e também aqueles que já estão atuando e, para ambos, são oferecidos *livros para ter à mão*, que se prestam tanto ao uso escolar diário, dada a ordenação de seu conteúdo, como à consulta pontual sobre conceitos, materiais e procedimentos. Consideradas essas características, é possível concordar com a afirmação de Magalhães (2011, p. 21) de que tais fontes permitem “uma aproximação à ordem do conhecimento e às práticas pedagógicas e didácticas, bem como a projeção e a inferência de distintas formas de aculturação e sociabilidade”.

Nos manuais, os autores são apresentados aos leitores como professores experientes, que também já desempenharam funções na hierarquia do sistema escolar, isto é, convededores da profissão e comprometidos com sua melhoria. Mr. Daligault, autor do *Curso Práctico de Pedagogia*, exerceu o cargo de diretor da Escola Normal Primária de Alençon (França). Seu livro foi traduzido para a língua portuguesa por Joaquim Pires Machado Portella, que foi Diretor Geral da Instrução Pública do estado de Pernambuco e um dos defensores da criação de uma Escola Normal na Corte brasileira, para a qual sugeriu modos de organização e funcionamento propostos na obra de Daligault. A segunda edição, ampliada por resenhas e pareceres que reafirmam as potencialidades da obra, veio a público no contexto da criação da Escola Normal de Pernambuco, em 1874.

Jose Maria da Graça Affreixo foi delegado da conferência escolar realizada em 1869 em Portugal, onde exercia do cargo de professor em comissão da Escola Central; e Henrique Freire, formado na Escola Normal de Lisboa, era professor em comissão da Escola Central e sócio honorário do Recreio Literário do Rio de Janeiro. O manual por eles elaborado, *Elementos de Pedagogia*, pretendia contribuir para a formação de professores para a escola primária, oferecendo-lhes uma seleção da literatura já existente sobre o assunto. Tal compilação, produzida por convededores da profissão docente, pretendia focalizar os aspectos essenciais do magistério e, desse modo, evidenciar sua utilidade.

Alberto Pimentel Filho, autor de *Lições de pedagogia e de história da educação*, foi professor da Escola Normal de Benfica e, em 1932, publicou a segunda edição (sendo a primeira de 1875) do curso pelo qual era responsável. Tal material, cuja eficácia o autor afirma haver sido

comprovada no âmbito escolar, ampliava sua difusão na forma impressa e, além dos alunos, disseminava-se entre o público leitor do Brasil e de Portugal.

Situados numa posição intermediária no campo pedagógico, entre os formuladores de diretrizes e os executores, os autores alternam entre operações táticas e estratégicas – conforme definição de Certeau (2005) – na composição dos textos: ora acatando as normas legais, as doutrinas e a conjuntura educacional, ora criando interpretações próprias dessas referências. Nesse processo, simultaneamente apropriam-se do conhecimento em circulação e produzem novos significados por meio da conjunção dos diferentes elementos em jogo. Com essas operações, estabelecem “consumos combinatórios e utilitários [...] uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 2005, p. 42). Detectando também essas mesmas características, Justino Magalhães (2011, p. 35) pontua que “o autor de livros escolares conforma-se com prescrições científicas e orientações curriculares, confinando a criatividade autoral a ensaios de inovação no método de ensino-aprendizagem e na didactização dos saberes científicos”.

O crivo da experiência pedagógica é sempre explicitado como justificativa para a elaboração desses livros, assim como os exemplos apresentados e a ênfase em determinados aspectos da profissão. Por meio de explicações e justificativas, os textos produzidos atribuem significados para práticas já estabelecidas e para aquelas que se pretende efetivar e, por isso, têm influência decisiva no desenvolvimento da cultura pedagógica. O tradutor brasileiro da obra de Daligault salienta essas características nos seguintes termos: “Em vez de vãas teorias e presunçosas novidades, nelle se encontrarão judiciosas reflexões, fructuosos preceitos, filhos da observação e da prática, e dictados pela experiência traquejada ao zelo ainda novel” (DALIGAULT, 1874, p. XXIX). Nessas observações estão valorizados os componentes teóricos da pedagogia, inovadores ou não, mas, principalmente, salienta-se um elemento essencial da cultura pedagógica, que consiste na aplicabilidade dos preceitos. Esses dois âmbitos estão conjugados na “arte de ensinar”, que pode ser ensinada aos professores por meio de dispositivos específicos: os manuais didáticos.

Os manuais didáticos destinados à formação de professores são objetos culturais próprios do desenvolvimento das técnicas de impressão

e de comunicação que tornam possível “a viagem das ideias”, isto é, sua circulação; e, aliados à prosperidade das cidades, tornaram-se dispositivos para tornar consensuais certos procedimentos de ensino, auxiliando a criação da unidade da forma escolar. Além disso, supriam a demanda para a formação de professores, que se ampliava na mesma proporção em que se disseminavam as oportunidades na escola primária.

Os manuais expressam, difundem e, desse modo, contribuem para a consolidação da crença na instituição escolar. Daligault (1874, p. 5) enumera que compete à escola contribuir para a preservação da saúde e para o desenvolvimento intelectual, racional, espiritual, moral e religioso daqueles que a frequentam, entregando “á família filhos trabalhadores, instruídos e dedicados; ao Estado cidadãos virtuosos e uteis; á Igreja fieis, e ao céo sanctos”. Na apresentação da obra ao leitor de língua portuguesa, Joaquim Pires Machado Portela reitera a importância política e social da educação, principalmente da escola primária, apontando que

assim o teem judiciosamente compreendido as nações modernas. Da instrucção primaria fazem ellas a base de sua ilustração; e pela eschola buscam pôr o ensino publico em harmonia com a unidade nacional – essa unidade que, na frase de Thiers, é não só a gloria, mas a força do paiz (DALIGAULT, 1874, p. VIII-IX).

A tradução dessa obra francesa, que ampliou sua circulação em territórios de língua portuguesa e foi elogiosamente referendada, indica que, naquele período, não se tratava de considerar as particularidades próprias de cada um dos países, mas, sim, de afirmar a função da instituição escolar e torná-la semelhante, num largo espaço geográfico, de modo a conquistar os resultados educacionais que, pretensamente, garantiriam a grandeza nacional e a homogeneidade da modernização: “O edifício intelectual e moral tem, pois, os seus alicerces na eschola primaria” (DALIGAULT, 1874, p. XIII). O tradutor acrescenta que a difusão da escola primária traria vantagens para os indivíduos, obtidas com a aquisição de conhecimento e do sentimento do dever que, juntos, fortalecem o caráter e aproximam de Deus; para o Estado, traria a vantagem de criar identidades intelectuais e morais que formariam a unidade nacional e, podemos acrescentar, de qualquer país.

Embora autor e tradutor enfatizem a formação moral proveniente da educação escolar, há nuances nas proposições, pois Daligault atribui aos

preceitos religiosos a formação moral, e Portella, sem eliminar o conteúdo religioso, expressa também a crença em uma moral civil. Essa nuance se aplica também à profissão docente: um sacerdócio, para o primeiro; e uma função pública, para o segundo.

No manual elaborado por Affreixo e Freire (1870), essas características são reiteradas. Embora enumerando outros aspectos da educação, os autores asseveram que o professor exerce autoridade moral legítima sobre os alunos, que se estende também às famílias. Entre as qualidades do professor devem estar vocação natural, modéstia, prudência, civilidade, amor pelo estudo, vida simples e exemplar, bondade, firmeza, paciência, regularidade, zelo e pureza de costumes. Assim discriminadas as virtudes exigidas de um bom professor, percebemos que servem tanto à condução da vida civil quanto à da vida religiosa.

O tempo que permeia a produção das obras em análise atua no sentido de modificar alguns aspectos que acabam por revelar-se não essenciais na definição da função social da escola. O manual elaborado por Pimentel (1932) dialoga com autores que, amparados na interpretação psicológica do caráter e nos aspectos hereditários, têm dúvidas a respeito das possibilidades de a educação ser exercida. O autor, no entanto, afirma que, discordando das concepções vigentes nos séculos XVII e XVIII, que atribuíam à educação a formação integral do indivíduo, o caráter – foco da ação formativa – deve ser considerado tanto em seus elementos inatos quanto naqueles adquiridos, e a educação incide sobre ambos. Segundo esse entendimento, os aspectos inatos indicariam potencialidades e não determinações, o que altera as possibilidades de atuação da educação sobre eles.

Com base nesses manuais, podemos perceber que a justificativa para a educação foi alterada no transcurso do tempo e, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, a fundamentação religiosa foi sendo substituída por argumentos científicos, e os valores abstratos deram lugar aos conceitos com conotação empírica. Embora importantes, essas mudanças não alteraram a função social creditada à educação e à escolarização, que permaneceram designando a necessidade de fornecer padrões de conhecimento e de comportamentos sociais, instaurando, para tanto, um lugar para a aprendizagem dos saberes objetivados, sistematizados e codificados (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 17). Os autores, comprometidos com essa necessidade, sintetizaram nos

livros as concepções correntes e reafirmaram a importância da educação, valendo-se de um dispositivo material que provou sua eficácia e utilidade.

A organização espacial e a constituição de continuidades práticas

A escola moderna, desde suas primeiras proposições, como a *Didactica Magna*, de J. A. Comenio (1996), foi pensada como espaço abstrato – desejo de formar crianças e jovens com valores comuns – e como espaço físico, construído especialmente para viabilizar os objetivos projetados, sendo, ao mesmo tempo, prova material e simbólica desses esforços³. Tais características são objeto de minuciosa descrição na obra de Mr. Daligault, que prescreve, para a escola, localização em região populosa e central na comunidade. O prédio deve ser construído de modo a permitir a circulação de ar, proteger seus ocupantes do frio excessivo no inverno e do calor do verão; deve ter um pátio (dois, se houver frequência dos dois sexos) destinado à movimentação, à entrada e à vigilância dos alunos; devem ser providenciadas, também, bomba para fornecimento de água potável, latrinas asseadas e distantes das salas de aula (porém ao alcance da vista) e alpendre para as refeições.

As salas de aula devem obedecer à forma retangular, com dimensão compatível com o número de alunos, janelas laterais altas (para que o ar circule e para que as crianças não vejam a rua); paredes caiadas e limpas, utilizadas como murais para traçar o alfabeto e para afixar figuras, quadros de medidas, sentenças, cartas geográficas e outros objetos didáticos. A mobília da sala de aula deve ser composta pela mesa e pela cadeira do professor, acomodadas sobre um estrado; para os alunos, carteiras equipadas com tinteiros, ardósias e caixetas, além de indicador, campainha, porta-penas, quadros pretos envernizados (para os quais também se apresentam as dimensões ideais), quadros de leitura, cabides, tábuas para saída, armário, relógio, crucifixo, fogão (a melhor forma de aquecer a sala no inverno) e

3 Sobre as relações entre arquitetura e escola, ver, principalmente: Bencostta (2005, 2007, 2011).

termômetro. Pela recomendação dos objetos e de sua disposição na sala de aula, evidencia-se o engendramento da forma de socialização escolar: mesa, cadeira e estrado estrategicamente dispostos conferem autoridade ao seu ocupante; a longa lista de materiais destinados aos alunos torna-se um conjunto de dispositivos para mantê-los em ocupação, que resulta em sanções e premiações e anima a subordinação.

O livro traz desenhos com especificação de medidas e arranjo dos móveis, que variam, dependendo do número de alunos previstos. Tal detalhamento é compatível com uma instituição que dava os primeiros passos para sua disseminação, e o manual alia-se ao esforço para uniformizar as condições materiais, dotando a escola de características facilmente identificáveis e representativas da instituição. De acordo com as recomendações do manual de Daligault, as escolas urbanas deveriam ser tão facilmente reconhecíveis quanto a igreja.

O manual de Affreixo e Freire é mais conciso e menos prescritivo que o de Daligault no detalhamento dimensional, mas compartilha as finalidades e apresenta diferenciações no que se refere ao mobiliário e ao material na sala de aula. Sugere que a escola deva funcionar em prédio pertencente à comunidade, para evitar mudanças, ter localização central, mas isolada de barulhos e de costumes desregrados; deve possuir jardins e árvores que auxiliem na ventilação e na renovação do ar, o que contribui para impedir o surgimento de doenças. A mobília deve atender ao bem-estar físico dos alunos e ser adequada aos exercícios escolares; a sala deve ser agradavelmente arranjada e ornamentada com os objetos que servem às lições intuitivas e com os trabalhos dos alunos, propiciando contentamento e direcionamento da atenção. Na lista do mobiliário, que se encontra no Apêndice do manual, constam também outros materiais, simbólicos da instituição escolar: quadro-negro, contador mecânico e quadro de honra.

O mapeamento exaustivo das condições e dos materiais necessários ao funcionamento das escolas, apresentado nos manuais, prestava-se ao propósito de caracterizar a instituição que se expandia, objetivo que foi alcançado, pois o manual elaborado por Pimentel pouco se detém em descrições sobre o espaço escolar. Essa ausência, no entanto, aponta para a incorporação de um padrão que gerou, inclusive, a criação de conhecimento especializado. O autor pressupõe que à área de higiene

escolar caiba determinar a funcionalidade das construções, aí incluídas as exigências de iluminação, mobiliário, limpeza e higiene pessoal.

A ordenação espacial escolar só pode ser compreendida quando aliada aos procedimentos a serem adotados na instituição, que atribuem sentido próprio ao seu uso. A existência de várias salas no mesmo edifício presta-se à classificação dos alunos, que, para Daligault, deveria levar em conta a idade e o grau de conhecimento, aferido por meio de exames - no ingresso e durante o ano – e destinados à criação de grupos homogêneos. A reunião dos alunos segundo esses critérios facilitaria a padronização dos procedimentos, isto é, o disciplinamento “para formar o coração e desenvolver a inteligência dos meninos” (DALIGAULT, 1874, p. 58).

Um dos principais recursos disciplinares consiste no emprego do tempo, e, por isso, o autor apresenta quadros com os horários dedicados aos conteúdos, que devem ser registrados diariamente e cuja aquisição resulta em prêmios e punições. O emprego correto do tempo, além de tornar a aprendizagem mais eficiente, possibilita manter os alunos ocupados e evita a fadiga que provocaria desinteresse: as séries de exercícios úteis e variadas mantêm a ocupação e tiram “o meio e o pensamento de obrarem mal” (DALIGAULT, 1874, p. 60).

Sinais, gestos, sons, campainha e indicador são meios utilizados pelo professor para a transmissão de comandos para a classe, e há, no manual, instruções detalhadas de como manejá-los convenientemente em diferentes situações. Os livros de escrituração (matrícula, chamada e registro das composições) também auxiliam indiretamente na manutenção da ordem e da organização da escola, pois se tornam repositório de acontecimentos pela escrita. O resultado da emulação registrada se materializa em elogios, cédulas que atestam bom desempenho, ocupação de determinados lugares na classe, medalhas, quadro de honra e de punições, tornados públicos na instituição escolar. A escrita não é apenas um dos principais objetos de aprendizagem escolar; é também forma de registro das atividades diárias, que não dissimula as intenções de modelar comportamentos.

Caso o professor pudesse contar com o auxílio dos alunos mais adiantados – os inspetores ou repetidores –, deveria considerar tal oportunidade para a revisão e o aprofundamento do conhecimento. Além disso,

a vigilância e atividade, que lhes são necessárias para o conveniente desempenho do emprego, os habituam à reflexão, desenvolvem-lhes a razão e amadurecem-lhes o juízo. Até pelo exercício da autoridade, de que se acham revestidos, também adquirem a ciência das conveniências e das formas, colhem idéias de ordem, de justiça e de conducta, que não deixam de ter importância para a educação moral deles (DALIGAULT, 1874, p. 79-80).

Affreixo e Freire (1870, p. 19) também asseveraram que a classificação dos alunos é medida necessária e útil, já que permite ao professor prescrever atividades específicas para diferentes grupos, presentes na mesma sala: “Classifical-os é, conhecido o estado de adiantamento de cada alumno, fazel-os trabalhar conjuntamente com o grupo que tiver conhecimentos eguaes”, o que facilita a administração da ordem. Além da classificação, o professor pode lançar mão da afeição que goza entre os alunos, apelar para a razão e utilizar a emulação, com prêmios e castigos públicos, para manter a disciplina. Esse manual apresenta um complexo sistema de pontuação de comportamentos cujos resultados decorrem da acumulação da avaliação cotidiana, computada ao final do ano. Os autores justificam os procedimentos disciplinares por sua relação com a educação moral, para a qual a escola contribui, acostumando as crianças à divisão racional do tempo e à regularidade dos trabalhos; tais hábitos fortalecem as faculdades intelectuais e a índole e evitam os defeitos do descomedimento, da loquacidade e da inconstância. A educação dos sentidos proporcionada pela escola, por sua vez, auxilia na correção dos defeitos físicos, como falta de audição, de visão e gagueira.

A classificação dos alunos também é tematizada no manual de Pimentel, embora amparada em outros fundamentos, e destina-se a definir a composição não apenas das classes, mas do alunado em geral. Sintetizando os avanços e as contribuições da psicologia experimental, o autor apresenta os testes de Binet-Simon, o serviço de ortofrenia e a medicina como auxiliares na definição das crianças aptas a frequentar a escola e daquelas que devem ser encaminhadas para instituições especializadas. As prescrições para a atuação do professor tornam-se mais abstratas, mas não menos complexas:

com a Psicopedagogia, cujas leis, formuladas pelos psicólogos, podem ser compreendidas por todo o educador verdadeiramente digno deste nome e aplicadas ao Psicodiagnóstico, à Psicotécnica e ao Psicopronóstico, para os quais não se exige a frequência de laboratórios e se requer apenas um sôlo espírito de observação, tanto mais que os problemas a resolver devem sê-lo no campo oficial, dentro da própria escola (PIMENTEL, 1932, p. 69).

Ao estabelecer diretrizes, procedimentos e comportamentos desejáveis, o conteúdo dos manuais analisados define, explícita ou implicitamente, o que é a pedagogia, campo de conhecimento constituído pela articulação de valores e continuidades práticas repetidamente exercitadas. Por meio da educação, não se trata simplesmente de estabelecer disciplinamento, mas, sim, um tipo específico de disciplinamento que abrange a preservação da saúde, o desenvolvimento intelectual e a formação moral, por vezes associada à religião. Com base na definição da pedagogia, podemos depreender os processos por meio dos quais a cultura se torna elemento formativo, com significado compartilhado pelos participantes.

Para Daligault (1874), pedagogia é a arte de ensinar bem e dirigir as faculdades com as quais nascem as crianças. Na escola, a educação física, ligada à conservação da saúde e tarefa prioritária da família, é complementada com a observância do asseio pessoal e do ambiente e do afastamento dos doentes contagiosos; atividades comuns desenvolvidas fora da sala de aula, tais como andar, correr, saltar, patinar e jardinar, revestem-se, nesse espaço, de conotações educativas.

Já, para educar a inteligência, é preciso desenvolver as faculdades intelectuais, o que se confunde com a instrução, incentivando o uso da percepção, da atenção, da memória, da imaginação, do juízo e do raciocínio, mobilizados para a aquisição de conhecimentos úteis. Para que esses atributos humanos desenvolvam suas potencialidades, torna-se necessário o uso de um método de ensino,

o complexo de meios que o professor emprega para assegurar e promover os progressos de seus alunos. Há dous gêneros de methodos, geraes e particulares. Os primeiros presidem a própria organização da escola, e regulam a sua marcha geral; os segundos determinam os princípios de ensino peculiares a cada ramo de instrucción (DALIGAULT, 1874, p. 101).

Esclarece o autor que os métodos (individual, simultâneo, mútuo e misto) não devem ser confundidos com os processos, mas

tem-se reconhecido que um professor inteligente e activo emprega sempre bons methodos; e também é sabido que um professor incapaz ou negligente não obtem nunca senão fracos resultados, quaesquer que sejam os methodos que adopte (DALIGAULT, 1874, p. 119).

Para atender a esses objetivos, a formação do professor deve se dar nas escolas-modelo ou escolas de aplicação e, não sendo assim possível, pode-se fazer uso dos manuais que, no presente caso, apresentam métodos particulares para instrução moral e religiosa, leitura, escrita, contas, língua nacional. No que diz respeito à instrução moral, a escola deve combater os defeitos (sensualidade, preguiça, mentira, inveja e desejo de dominar) e cultivar as virtudes, principalmente a pureza de costumes, a piedade filial, o amor fraternal, a probidade, a benevolência e a polidez, o respeito à lei e aos magistrados. Percebemos, assim, a estreita ligação entre a instituição escolar e a educação moral, uma vez que, mesmo sem conteúdos específicos, a organização escolar (aí incluídos espaços, materiais e métodos) contribui para o que denominamos virtudes.

No manual de Affreixo e Freire, a educação abrange os mesmos aspectos (físico, moral e intelectual), e a pedagogia é definida como um conjunto de princípios que regem a educação, dos quais derivam leis; e divide-se em teórica ou didática (princípios) e prática ou metodológica (modos, métodos e processos).

Para os autores, a metodologia “é a apreciação e escolha dos diferentes processos que se pode usar no ensino”; em seus aspectos gerais, diz respeito àquilo que convém a todo o ensino e, em seus aspectos especiais, “determina a ordem que devemos seguir o ensinamento de cada matéria”; o modo de ensino diz respeito à organização das classes e dos programas, porém o método

“é a ordem porque se coordenam os objetos do ensino de modo que formem uma escala perfeita do mais elementar ao mais difícil”; e os “processos são os meios empregados nas lições para melhor convencer da verdade dos alunos” (AFFREIXO; FREIRE, 1870, p. 31).

A escolha entre os modos de ensino individual, simultâneo, mútuo ou misto depende do número de alunos na classe, embora o último seja o mais recomendado. Além disso, deve-se obedecer ao programa, para o qual os autores apresentam exemplos que contemplam a relação de matérias coordenadas entre si e ordenadas do princípio para a conclusão, do conhecido para o desconhecido, do fácil para o difícil, do concreto para o abstrato, do exemplo para a regra. O método de ensino pode assumir a forma socrática ou expositiva, e os processos podem ser analógicos ou intuitivos; voltados para o ensino de leitura e escrita, gramática, leitura expressiva, caligrafia, cálculo mental e aritmética, sistema métrico, agricultura, desenho linear, canto coral (que aprimora os sentidos e o desenvolvimento físico), cânticos para marcar as rotinas, hinos religiosos e pátrios (pois aliviam o trabalho e diminuem a tristeza), além do ensino da ginástica.

No manual de Pimentel (1932, p. 13), a pedagogia adquire a conotação de “ciência da educação, compreendendo o conjunto de leis e teoria que constituem a filosofia da arte de educar, como há uma filosofia da física e uma física aplicada”, e, assim, podem-se identificar a pedagogia geral e a pedagogia científica, justificadas com base em Durkheim e Claparède, sendo que a primeira

discute a possibilidade, a legitimidade e a necessidade da educação e define-lhe os fins; analisa os factores que interveem em toda a ação educativa e os processos por que esta se realiza; investiga as leis que dominam a evolução dos sistemas educativos; faz a história das instituições pedagógicas, do seu funcionamento, resultados e causas que sobre estes podem influir, etc. (PIMENTEL, 1932, p. 15).

Embora componham um todo, a pedagogia geral e a pedagogia científica podem desenvolver-se em ritmos diferenciados, segundo Pimentel, pois, em alguns períodos, a prática permanece sem mudanças e os filósofos elaboram novas proposições, que são implementadas após comprovação e divulgação. Tal argumento, segundo o autor, apoia-se em fatos como a renovação das teorias na Idade Média, a permanência da prática educacional nas mãos da Igreja ou a contribuição da Fisiologia, da Psicologia e da Sociologia, relativamente recentes, que não autorizam conclusões definitivas sobre seu emprego.

O autor não se coloca entre aqueles que negam a importância da teoria e privilegiam os aspectos práticos: adota a postura científica eclética, que consiste no estabelecimento das leis reguladoras dos fatos pedagógicos, das quais são extraídas dedutivamente as conclusões possíveis e as normas que devem guiar a ação educativa. Os assuntos pedagógicos devem seguir a mesma marcha adotada em outros campos do conhecimento, qual seja, partir da observação, da experiência (observação provocada) e estabelecer entre os fatos relações constantes, enunciadas na forma de leis obtidas por indução e dedução, que podem ser aplicadas aos casos particulares. Em síntese, Pimentel (1932, p. 41) afirma que “a pedagogia geral procura as regras a seguir em toda a ação educativa, deduzindo-as de proposições gerais científicamente estabelecidas”.

A pedagogia, no entanto, é composta pelas seguintes divisões: dogmática ou teleologia; científica, aplicada ou educativa; estética; administrativa e histórica. Estabelecidos os princípios e as finalidades, devem-se experimentar diferentes possibilidades para o ensino de determinado conteúdo, testando-as e comparando resultados nas escolas anexas às Escolas Normais, para avaliar a melhor proposição. Dizendo de outro modo, à pedagogia experimental compete testar as diferentes técnicas que um mesmo princípio comporta para sua execução.

Já a pedagogia estética

tem como objeto o aprendizado técnico do ensino. Não basta que o educador conheça os fins a atingir e os meios de os alcançar em toda a ação educativa; é também necessário que se adestre, que se treine na arte de os aplicar, que faça, numa palavra, a sua educação técnica (PIMENTEL, 1932, p. 86).

Podemos inferir que essa é a denominação adquirida pela formação docente, no que se refere aos métodos de ensino. O autor ainda aponta a pedagogia administrativa, que se ocupa da organização e da regulamentação da educação, e a pedagogia histórica ou história da pedagogia, que expõe doutrinas e métodos e estuda os estabelecimentos escolares instituídos ao longo do tempo.

Forma e cultura escolar

Ao tomar para análise manuais didáticos destinados à formação de professores, publicados num longo período temporal e em diferentes espaços geográficos, pretendíamos detectar reiterações, alterações e transformações na cultura escolar e pedagógica. Com base no conteúdo dos manuais selecionados, que circularam no Brasil e em Portugal entre 1851 e 1932, percebemos a reiteração da forma escolar entrelaçando finalidades, valores e práticas.

A organização espacial desempenhou importante função na constituição de uma forma de sociabilidade específica, materializando a hierarquia das relações entre adultos e crianças. A mobília e os materiais contribuíram para a instauração de comportamentos, ao demarcar gestos, tempos e modos de comunicação e privilegiar algumas atividades em detrimento de outras.

As práticas, cotidianamente repetidas, instauraram um modo gradual de aquisição do conhecimento e processos avaliativos que garantiram homogeneidade e caracterizaram o desvio da norma. Por meio dessas continuidades práticas, os valores se transformaram em experiências e se enraizaram na formação de alunos e professores. Os manuais didáticos conferiram materialidade a uma razão escolar, ao explicitar modos e meios de objetivá-la, operando nos detalhes e nas rotinas.

Nos manuais analisados, a extensão temporal contribui para a compreensão da permanência do que Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 18) denominaram de “forma escolar”, isto é, uma forma de relação social própria das sociedades urbanas, uma “relação escritural-escolar com a linguagem e com mundo” que não sofreu alterações entre os séculos XIX e XX. As transformações conceituais e teóricas evidenciadas nos diferentes textos pouco alteram o sentido geral que a instituição possui nas sociedades modernas e nos indivíduos. As transformações nos procedimentos pedagógicos, no entanto, são profundas e portadoras de arcabouços teóricos diferenciados, que refletem as mudanças científicas, sociais e econômicas ocorridas entre a publicação dos textos. Refletem, enfim, a complexidade da cultura composta por acréscimos, desusos, empréstimos e embates que, no entanto, só se transformam ou se alteram com o enraizamento

em rotinas, repetições, segmentações e fracionamentos – continuidades práticas – nos quais o processo de escolarização se ampara.

Podemos dizer que a publicação dos manuais contribui, de modo eficaz, para a criação de um discurso pedagógico, pois, além de prescrever procedimentos práticos aos professores, discorre sobre eles, divide-os em partes que recebem denominação e, nesse processo, põe em circulação um vocabulário que acaba por designar um campo de proposições e de atuação que valoriza a escola como uma das mais importantes instituições sociais.

O vocabulário adquire certa estabilidade, embora o sentido atribuído a ele varie: um autor pode chamar de “método” o que outro chama de “processo” ou “marcha”, e todos colaboram para a consolidação da imagem da instituição. A pedagogia pode receber diferentes adjetivos ou ser considerada uma virtude, sem perder sua importância social.

Os próprios manuais são dispositivos escolares de longa duração e, embora os sentidos do discurso sofram alterações, sua eficácia é reafirmada pelas mudanças conceituais que expressam e pela adaptação às exigências profissionais que vão sendo criadas. Neles, a função social da escola é complexamente construída e abrange valores, princípios e procedimentos designados a todos os seus participantes.

Referências

- AFFREIXO, J. M. G.; FREIRE, H. *Elementos de pedagogia*. Lisboa: Tipographia do futuro, 1870.
- BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BENCOSTTA, M. L. A. Diálogos sobre a história da arquitetura escolar. Entrevista com Anne-Marie Chatélet. *Linhas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 210-219, 2011. *On-line*. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2278/1733>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000300008>

CARVALHO, M. M. C. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, M. L. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. Itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-40.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHOPPIN, A. A história dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, A. Le Manuel scolaire, une fausse evidence historique. *Histoire de l'éducation*, Lyon, n. 117, p. 7-56, janv.-mars 2008.

CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, J. R. (Ed.). *La cultura escolar de Europa*. Tendencias históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000. p. 107-141.

COMENIO, J. A. *Didactica Magna*. Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

DALIGAULT, M. *Curso pratico de Pedagogia*. 2. ed. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho (editor), 1874.

MAGALHÃES, J. *O mural do tempo – manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Colibri; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2011.

MORGADO, J. C. *Manuais escolares*. Contributo para uma análise. Porto: Porto Editora, 2004.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da Educação e fontes. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n. 5, p. 7-63, 1993.

PIMENTEL FILHO, A. *Lições de pedagogia geral e de história da educação*. 2. ed. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Companhia, 1932.

REVEL, J. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 97-138.

SILVA, V. B.; CORREIA, A. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal – Brasil). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, p. 613-632, set./dez. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300006>

TREVISAN, T. A. *História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do estado de São Paulo (1874-1959)*. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira)-Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

VINCENT, G. *L'école primaire française*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon; Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1980.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.

WILLIAMS, R. Culture is ordinary. In: WILLIAMS, R.; GABLE, R. *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. Londres: Verso, 1958. p. 3-18.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Endereço para correspondência:

Vera Teresa Valdemarin

Rodovia Araraquara-Jaú, Km 01

Bairro dos Machados

Araraquara - SP

CEP: 14800-901

E-mail: vera@fclar.unesp.br

Recebido em: 22 abr. 2013

Aprovado em: 23 set. 2013